TC 017.648/2017-3

Tomada de Contas Especial

Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul – MS

Recurso de Revisão

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de revisão interposto pelo Sr. Arlei Silva Barbosa contra o Acórdão 5.942/2019-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues (peça 19), por intermédio do qual o recorrente teve suas contas julgadas irregulares, foi condenado a ressarcir o montante apurado como débito e sancionado com a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992.

2. Originalmente, este processo tratou de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul (Incra/MS) em razão da não comprovação da regular execução do Convênio Siconv 724597/2009, o qual possuiu como objeto a recuperação e a conservação de áreas de preservação permanente e de reserva legal nos Projetos do Assentamento Nova Alvorada (PANA), nas localidades de Bebedouro e de Sucesso do Município de Nova Alvorada do Sul – MS.

3. A Secretaria de Recursos (Serur) delimitou o objeto deste recurso de revisão em examinar se:

a) a notificação do acórdão foi regular e observou os normativos aplicáveis ao tema;

b) houve incidência de prescrição nos autos;

c) o cumprimento parcial do objeto do convênio é suficiente para comprovar regular gestão dos recursos e afastar a condenação do recorrente; e

d) os documentos juntados pelo recorrente possuem eficácia sobre as provas dos autos e permitem afastar o julgamento pela irregularidade das contas.

4. Após o exame dos elementos recursais, a Serur propôs, em pronunciamentos convergentes, conhecer do recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento (peças 67, p. 11; e 68).

5. Aquiesço, desde logo, aos fundamentos que orientaram a formulação da proposta de encaminhamento da unidade técnica.

6. Com efeito, o argumento quanto ao eventual vício na notificação do acórdão condenatório não merece prosperar. Houve tentativa de comunicar o recorrente, acerca de sua condenação, em um dos dois endereços indicados, pelos seus patronos, na procuração acostada à peça 22, conforme ofício constante da peça 24. Ocorre, porém, que, após três tentativas frustradas de entrega da aduzida notificação, em razão da ausência do destinatário, o expediente foi devolvido ao remetente (Aviso de Recebimento – AR na peça 28).

7. Em face do insucesso em comunicar o responsável, a área administrativa deste Tribunal procedeu à pesquisa do endereço do causídico Sr. Marcelo Antônio Balduino, utilizando-se como fontes os dados constantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – por meio do respectivo registro OAB –, como também da base de dados da Receita Federal do

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

Brasil (RFB) custodiada por este Tribunal – por intermédio do CNPJ do escritório de advocacia indicado na procuração acostada aos autos (peça 22).

8. Por intermédio desse procedimento, foram obtidos dois endereços distintos. O Ofício 1038/2020-TCU/Seproc (peça 30), encaminhado para um desses endereços, foi regularmente recebido em janeiro de 2020 (AR na peça 32). Neste ponto, releva salientar que, em consulta à base de dados da RFB, constatei que o endereço para o qual houve sucesso na entrega do referido expediente consta, até hoje, como sendo o do escritório de advocacia que representa o recorrente neste processo.

9. Portanto, não deve ser aceita a alegação do patrono do recorrente de que o local para o qual o ofício foi remetido já não seria sede do escritório há mais de dez anos, pois os profissionais que atuam perante esta Corte de Contas devem manter atualizados seus respectivos endereços. Nesse sentido é o enunciado do Acórdão 2.489/2020-TCU-Plenário que transcrevo a seguir, da relatoria da Ministra Ana Arraes, o qual, a despeito de fazer referência expressa somente ao “*responsável*”, avalio aplicar-se igualmente aos seus representantes legais:

O responsável não pode arguir nulidade de comunicação processual **por desatualização de endereço constante na base da Receita Federal**, pois cabe a ele manter atualizada a informação sobre seu domicílio nessa base de dados oficial, não se admitindo no ordenamento jurídico brasileiro a arguição de nulidade por quem lhe deu causa (art. 276 do CPC).

10. Concluo também pela não incidência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória neste caso concreto. Conforme consta da deliberação objetada, as falhas que ensejaram a condenação do recorrente ocorreram entre os anos de 2010 e 2014 (exercícios que abrangeram o período de execução do objeto, bem como o prazo final para prestação de contas), enquanto a realização das citações foi autorizada em 14/2/2018 (peça 12). Não se observa, portanto, o transcurso de mais de dez anos entre o fato gerador das irregularidades e a data do ato que ordenou a citação do responsável, nos termos do que ficou decidido pelo Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário.

11. No que concerne ao mérito do presente recurso de revisão, avalio não proceder o argumento do recorrente no sentido de que, ao término de seu mandato, no final do ano de 2012, o convênio se encontrava parcialmente executado e que os atrasos verificados decorreram de fatos supervenientes que estavam fora de sua esfera de atuação. Quanto aos atrasos verificados, cumpre ressaltar que, após o término do período de vigência inicialmente estipulado para o convênio (1/12/2010), o ex-prefeito ainda dispunha de dois anos à frente da administração municipal para que pudesse empreender as medidas necessárias para solucionar os imprevistos que surgiram. Dessa forma, não merece ser acolhida a alegação de que a execução parcial do convênio se afigura suficiente para comprovar a regular gestão dos recursos federais, mormente se considerarmos que a parcela executada do objeto restou sem qualquer utilidade.

12. De igual forma, considero que os documentos apresentados pelo recorrente não são suficientes para sanar as irregularidades constatadas nesta TCE. Em consonância com a conclusão a que chegou a unidade instrutiva, mesmo que seja factível admitir que a aduzida documentação possa ser útil para demonstrar que houve execução parcial do objeto do convênio, a fração efetivamente implementada apresentou-se, ao fim, totalmente desprovida de etapa útil e de capacidade de aproveitamento, conforme já anteriormente abordado.

13. Desse modo, em razão de não terem sido fornecidos, pelo recorrente, argumentos e documentos adicionais capazes de desconstituir a análise conduzida na ocasião da apreciação do mérito desta TCE, em consonância com a manifestação da Serur, reputo que deva ser negado provimento ao presente recurso.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

14. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador